SEM PESSOAS, SEM ELEIÇÕES: DISCUTINDO AS MOTIVAÇÕES DOS MESÁRIOS[1]

No People, No Elections: Discussing Poll Workers Motivations

ARY JORGE

Sobre o autor:

Ary Jorge Aguiar Nogueira. *Doutor em Teoria e Filosofia do Direito pela Universidade de São Paulo - USP. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO e analista judiciário - área judiciária, no Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. Tem experiência nas áreas de Direito, Relações Internacionais e Ciência Política.*

RESUMO

Este artigo explora as motivações que levam os mesários voluntários a participarem das eleições. Apresenta os resultados de um survey online realizado com voluntários no município de Volta Redonda, localizado no interior do estado do Rio de Janeiro. O estudo também oferece uma atenção especial ao papel dos recursos humanos, e analisa como o engajamento voluntário funciona como um componente essencial da governança eleitoral — especialmente em sua dimensão pessoal. Os resultados sugerem que as motivações intrínsecas, como o senso de dever cívico e o desejo de contribuir para o processo democrático, tendem a ter mais peso do que fatores extrínsecos, como os benefícios materiais.

Palavras-chave: Governança Eleitoral; Motivações; Voluntários; Mesários; Recursos Humanos.

ABSTRACT

This paper explores the motivations behind volunteer poll workers participation in elections. It presents findings from an online survey conducted with volunteers in the municipality of Volta Redonda, located in the interior of Rio de Janeiro state. The study also offers particular attention to the role of human resources and examines how volunteer engagement functions as a key component of electoral governance, especially within its personal dimension. The results suggest that intrinsic motivations, such as a sense of civic duty and the desire to contribute to the democratic process, tend to be more influential than extrinsic factors like material rewards.

Keywords: Electoral Governance; Motivations; Volunteers;Poll Worker; Human Resource.

[1]Uma versão expandida deste artigo foi publicada em espanhol na Revista Uruguaia de Ciência Política, disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-499X2024000101603&lng=es&nrm=iso

1. INTRODUÇÃO

A efervescência política no Brasil ao longo da última década aponta a necessidade de discutir as instituições eleitorais do país. Nesse sentido, conquanto existam excelentes estudos sobre o tema (MARCHETTI, 2008, 2012, 2013; TAROUCO, 2014), uma agenda sobre as múltiplas dimensões da governança eleitoral no Brasil ainda tem amplo espaço para se desenvolver.

Este artigo busca suprir parte da lacuna de estudos sobre os recursos humanos empregados no processo eleitoral brasileiro, sendo movido por uma pergunta básica: quais seriam as motivações dos mesários voluntários para o serviço eleitoral?

Metodologicamente, optou-se pela aplicação de um survey online a mesários voluntários da 131ª Zona Eleitoral de Volta Redonda, localizada no município de Volta Redonda, interior do Estado do Rio de Janeiro.

O artigo é composto por três seções adicionais a esta introdução e à conclusão. Na primeira seção, é discutida a dimensão de pessoal dentro do conceito de governança eleitoral. A seção seguinte apresenta dados sobre os mesários no Brasil. A terceira seção apresenta os resultados do survey aplicado aos mesários voluntários.

2. A DIMENSÃO DE PESSOAL DA GOVERNANÇA ELEITORAL

Eleições bem-organizadas costumam ser apontadas com uma das condições essenciais para o funcionamento pleno da democracia (PASTOR, 1999, p. 5; ABEDUL, 2011; NORRIS, 2015). Nesse sentido, a ideia de que o processo eleitoral vai além do ato de votar é amplamente reconhecida pela ciência política (COX, 1997; LIJPHART, 1994; TAAGEPERA; SHUGART, 1989).

Apesar do reconhecimento da importância das eleições para as democracias, apenas nos 2000 o conceito de governança eleitoral se consolidou como uma categoria analítica, compreendendo o conjunto de atividades responsáveis por criar e manter o arcabouço institucional necessário à realização da votação e da disputa eleitoral (MOZAFFAR; SCHEDLER, 2002, p. 7). Seu objetivo é assegurar a previsibilidade dos procedimentos e, ao mesmo tempo, preservar a imprevisibilidade dos resultados.

A governança eleitoral estrutura-se em três níveis principais: *rule making*, *rule application* e *rule adjudication*. A primeira refere-se à formulação das normas que regem o processo eleitoral. A segunda abrange a aplicação prática dessas regras na organização das eleições. Por fim, a adjudicação trata da resolução de disputas e controvérsias surgidas ao longo da competição política (MOZAFFAR; SCHEDLER, 2002, p. 7).

Com frequência, essas três dimensões são exercidas por diferentes entidades. A regulação, geralmente vinculada às Constituições e aos Códigos Eleitorais, está sob responsabilidade do Poder Legislativo. As demais funções — implementação e adjudicação — podem ser concentradas em um único órgão ou distribuídas entre diferentes instituições.

Nos casos em que uma mesma instituição desempenha funções regulatórias e de adjudicação, ela é classificada como Órgão de Gestão Eleitoral (OGE), ou simplesmente Órgão Eleitoral (OE), com competências duais (ZUCCOLOTTO, 2020, p. 29). Ainda assim, a função de adjudicação pode ser exercida por organismos especializados, conhecidos como *Electoral Dispute Resolution Bodies* (EDRB). Esses órgãos podem estar inseridos no Legislativo, integrados ao Judiciário, organizados como estruturas *ad hoc* para períodos específicos, ou mesmo vinculados aos próprios órgãos eleitorais (OROZCO-HENRÍQUEZ, 2010).

A literatura aponta, ainda, seis dimensões fundamentais para a estrutura institucional da governança eleitoral: centralização, burocratização, independência, especialização, delegação e regulação (MOZAFFAR; SCHEDLER, 2002, p. 14).

A gestão dos processos eleitorais constitui uma parcela relevante da agenda de pesquisa sobre integridade eleitoral, seja pelo viés da eficiência administrativa (ELKLIT; REYNOLDS, 2005a, 2005b; CLARK, 2005b; CLARK, 2017; LUNDSTEDT, 2020), da gestão eleitoral (JAMES et al., 2019) ou da gestão de recursos humanos (JAMES, 2019).

James *et al*. (2019) propuseram um novo marco conceitual para o monitoramento da eficiência eleitoral, distinguindo sete dimensões observáveis nos desenhos institucionais dos Órgãos Eleitorais: centralização; independência; capacidade; alcance e divisão de tarefas; relação com atores externos; tecnologia e pessoal.

Conquanto o conceito de gestão eleitoral adotado pelos autores seja mais restrito do que o de governança eleitoral — por excluir aspectos como a regulação —, a criação de uma dimensão específica para a análise dos recursos humanos eleitorais mostra-se bastante promissora.

3. OS MESÁRIOS NO BRASIL

Uma eleição não ocorre sem a participação de diversos atores-chave. De fato, há quem sustente que, na presença de burocracias profissionais e altos níveis de democracia, o desenho institucional possa ser irrelevante para a integridade eleitoral (VAN HAM; LINDBERG, 2015).

De fato, o papel das burocracias não pode ser negligenciado. Há muito tempo, o campo das políticas públicas reconhece que, mesmo políticas formuladas com alto grau de excelência, podem enfrentar dificuldades significativas na fase de implementação (LIPSKY, 1971, 2010; SABATIER, 1986). Os burocratas de linha de frente desfrutam de considerável discricionariedade e podem implementar políticas de maneiras bastante diversas.

As burocracias eleitorais não são exceção, e os mesários podem influenciar fortemente a confiança pública no processo eleitoral (HALL et al., 2009). Nesse contexto, o recrutamento de pessoal é um aspecto crucial da governança eleitoral, pois muitos países dependem de voluntários para desempenhar funções fundamentais. A contratação de trabalhadores eleitorais costuma ser um importante desafio de política pública para as democracias (CLARK; JAMES, 2021).

Embora seja mais comum o uso de voluntários por estipêndio — ou seja, voluntários que recebem alguma compensação econômica (MESCH et al., 1998; TSCHIRHART et al., 2001) —, compreender as motivações dessa força de trabalho continua sendo um campo amplo a ser explorado (CLARK; JAMES, 2023, p. 4).

O desenho institucional do Organismo Eleitoral brasileiro, com um órgão do Poder Judiciário assumindo funções normativas, de realização das eleições e adjudicação dos resultados propiciou a formação de uma burocracia especializada, protegida das pressões políticas cotidianas.

Embora a Justiça Eleitoral conte com uma força auxiliar de 10.766 servidores efetivos, destaca-se a presença de uma burocracia profissional e permanente sob a estrutura de comando. Em 2020, 2.848 membros do Poder Judiciário e 24.380 pessoas — entre servidores efetivos, comissionados e requisitados de outros órgãos públicos — colaboraram nas diversas instâncias do Tribunal Eleitoral.

Só em 2020, o gasto total da Justiça Eleitoral alcançou a cifra de US$ 1.361.336.469,61(IPEA, 2020), refletindo a importância atribuída a esse órgão na gestão de todo o processo eleitoral brasileiro.

Um importante elemento da gestão das eleições refere-se aos recursos humanos (JAMES et al., 2019) e sob o grande guarda-chuva institucional que compõe a Justiça Eleitoral brasileira, há uma clara divisão entre os recursos humanos permanentes (juízes e burocratas de carreira) e temporários (mesários).

A relação entre o corpo permanente da Justiça Eleitoral e o número total de eleitores é de aproximadamente cinco para cada 100.000, número que se mostra de acordo com a média mundial (James et al., 2019). Já a relação entre o número de mesários e o total de eleitores é de 1.074 para cada 100.000.

O Código Eleitoral estabelece que os serviços eleitorais são uma obrigação imposta por lei, em cumprimento de uma ordem do poder público que beneficia a coletividade. A nomeação como membro de mesa receptora de votos não pode ser recusada, salvo nos casos previstos em lei e o presidente da mesa eleitoral tem, inclusive, a prerrogativa de designar, *ad hoc*, dentre os eleitores presentes, aqueles necessários para suprir ausências dos mesários previamente designados.

O número de mesários voluntários vem aumentando a cada ano. Nas Eleições de 2020, aproximadamente 43% dos mesários brasileiros foram voluntários. Do total de colaboradores, 66% eram mulheres e cerca de 95% possuíam ensino médio ou superior (TSE, 2020).

A literatura aponta que os mesários podem ter motivações internas ou externas que influenciam seu desempenho (PAGE; PITTS, 2009). Nesse sentido, além do desejo interno de realizar um bom trabalho, uma série de incentivos externos pode ser considerada, sejam positivos (elogios, certificados, benefícios financeiros) ou negativos (sanções por má conduta ou omissão).

No Brasil, os mesários recebem uma ajuda de custo para alimentação de aproximadamente US$ 10,00 e podem ser considerados "voluntários por estipêndio". Esses trabalhadores têm direito à remuneração em dobro pelos dias em que estiverem à disposição da Justiça Eleitoral, na forma de folgas remuneradas concedidas pelos empregadores. Além disso, são oferecidos outros benefícios[2], como a concessão de horas de estágio para diversos cursos universitários.

[2]Em diversos municípios do Brasil tem havido um movimento legislativo para criação de leis que confiram gratuidade nas inscrições de concursos públicos aos mesários.O município de Volta Redonda, por exemplo, aprovou a Lei n.º6.359/24 que prevê tal benefício.

A ausência ao serviço eleitoral constitui infração administrativa, com multa que varia entre 50% e 100% do salário-mínimo, aplicada em dobro nos casos de abandono durante a votação. Embora o Código Eleitoral tipifique a ausência como crime eleitoral com pena de prisão de até dois meses, na prática, o Judiciário tem optado por aplicar a sanção administrativa em vez da penal.

4. MOTIVAÇÕES DOS MESÁRIOS VOLUNTÁRIOS DE VOLTA REDONDA/RJ

Conforme já apontado, um dos temas que demanda avanços na agenda de pesquisa diz respeito ao pessoal que trabalha voluntariamente nas eleições, sendo ainda limitado o número de estudos relevantes sobre o assunto (GLASER et al., 2007; KIMBALL et al., 2009; HALL et al., 2009; CARGA; MILYO, 2015; CLARK; JAMES, 2023).

A ideia central desta seção é apresentar os resultados de um *survey* sobre as motivações dos mesários voluntários do serviço eleitoral da cidade de Volta Redonda, localizada no interior do Estado do Rio de Janeiro, que conta atualmente com 222.991 eleitores aptos. Das 2.479 pessoas recrutadas para os serviços eleitorais em 2020, aproximadamente 59% eram voluntárias.

O *corpus* da análise foi constituído por uma amostra de 601 voluntários que participavam de redes sociais administradas pelo cartório da 131ª Zona Eleitoral. Esse era o número de mesários que ainda permaneciam nos grupos de WhatsApp criados pela Justiça Eleitoral para as eleições de 2020.

Convém salientar que os grupos são criados para que os responsáveis pela Justiça Eleitoral possam manter um contato rápido com todos os convocados. Assim, inicialmente, todos os convocados — voluntários ou não — são incluídos nos grupos. Após as eleições, os participantes podem optar por sair dos grupos. Não há interação entre os convocados nesses espaços, pois apenas os servidores da Justiça Eleitoral podem realizar publicações.

Os questionários ficaram disponíveis por meio de um link para acesso ao *Google Forms*, entre 30 de setembro e 17 de outubro de 2021. O número de respondentes foi de 172, o que corresponde a uma taxa de resposta de aproximadamente 28%. Não houve sorteio para a seleção das pessoas que receberiam o questionário. Todos os mesários que ainda permaneciam nos grupos foram convidados a respondê-lo.

Existem diversas limitações no uso de questionários *on-line*, tais como: viés de auto seleção; ausência de controle sobre quem responde; viés amostral decorrente da composição dos grupos; e erro amostral (CARLOMAGNO, 2018).

Entretanto, há também vantagens na utilização destes questionários: economia de tempo e esforço; acesso a públicos de difícil alcance por outros meios; facilidade de uso; coleta quase instantânea dos dados; e boa relação custo-benefício (WRIGHT, 2005).

Diante do balanço entre vantagens e desvantagens, chegou-se à conclusão de que era possível obter informações relevantes com a adoção de questionários *on-line*, mesmo diante da perda de poder estatístico.

As perguntas formuladas aos mesários de Volta Redonda foram parcialmente inspiradas em uma pesquisa realizada em 2015 sobre as motivações de trabalhadores eleitorais voluntários no Reino Unido (CLARK; JAMES, 2023).O questionário britânico incluía perguntas sobre recrutamento, treinamento, motivações para trabalhar nas eleições, experiências no dia da votação, opiniões sobre o processo democrático e informações demográficas gerais.

Considerando o tempo decorrido desde as eleições brasileiras, realizadas em 15 de novembro de 2020, foi mais eficaz adotar um instrumento mais ágil e com menos perguntas do que seu correlato britânico. Por isso, nem todas as questões originais foram reproduzidas integralmente.

Foram mantidas apenas as perguntas sobre gênero, escolaridade e dez perguntas sobre os motivos para atuar na jornada eleitoral, classificadas de "nada importante" a "muito importante", traduzindo praticamente as perguntas centrais da pesquisa paradigmática.

O estudo com os voluntários de Volta Redonda apresenta a limitação de não ser representativo do ponto de vista estatístico, porém, fornece informações valiosas para um campo de investigação ainda pouco explorado. Por exemplo, a pesquisa revela a predominância de mulheres e de pessoas com maior nível educacional entre os respondentes.

Quanto ao gênero, 58,1% se identificaram como mulheres. Homens representaram 71 respondentes, ou seja, 41,3%. Outras possibilidades de identidade de gênero foram contempladas no campo "outros", tendo havido apenas um respondente nessa categoria (0,6%).

A maioria dos mesários havia concluído o ensino superior (61%). Apenas um entrevistado relatou ter concluído o ensino fundamental (0,6%). O ensino médio completo foi apontado por 22,7%, enquanto o ensino superior incompleto correspondeu a 15,7%, com 27 respondentes.

A seguir, apresenta-se a tabela com os motivos que levaram os voluntários a participarem do processo eleitoral em Volta Redonda/RJ:

MOTIVO	NADA IMPORTANTE	NÃO É MUITO IMPORTANTE	ALGO IMPORTANTE	MUITO IMPORTANTE	N
Desejo de participar do processo democrático	1.7%	0.6%	10.5%	87.2%	172
Saber mais sobre política e governo	4.1%	2.9%	17.4%	75.6%	172
Indicação de um conhecido	23.3%	16.9%	19.2%	40.7%	172
Estar com pessoas com quem você compartilha ideias	8.1%	5.2%	22.1%	64.5%	172
Obrigação de cidadão	2.3%	1.7%	13.4%	82.6%	172
Ser o tipo de pessoa que faz a sua parte	0.6%	1.2%	9.3%	89.0%	172
Desejo de obter algum benefício financeiro	15.7%	13.4%	22.7%	48.3%	172
Ser reconhecido	12.2%	14.5%	24.4%	48.8%	172
Passar tempo com amigos e conhecidos	10.5%	11.6%	18.6%	59.3%	172
Experimentar um dia de trabalho diferente	7.0%	5.8%	16.3%	70.9%	172

Fonte: Elaboração própria (2021).

Embora os entrevistados tenham selecionado todas as motivações como "muito importantes", observa-se que os fatores intrínsecos apresentam taxas de resposta mais elevadas, em detrimento de outros aspectos, como a obtenção de benefícios econômicos ou o reconhecimento social.

A pesquisa foi realizada aproximadamente um ano após as eleições, o que sugere que os respondentes faziam parte de um grupo altamente motivado e comprometido com os serviços eleitorais.

Como apontam Clark e James (2023), investigar as motivações dos voluntários é uma tarefa essencial, uma vez que as pessoas são fundamentais para o sucesso das eleições, e o recrutamento de trabalhadores eleitorais tem sido um problema sério em muitas democracias.

Estudos anteriores (Alvarez; Hall; Roberts, 2005; Glaser et al., 2007) destacam que a maioria dos mesários se sente motivada por um senso de dever cívico e pelo desejo de contribuir com o processo democrático. Essa motivação é considerada mais importante do que os incentivos financeiros, que são vistos como secundários.

Além disso, aqueles que já atuaram como mesários em eleições anteriores tendem a estar mais motivados a retornar, o que sugere que uma experiência positiva pode incentivar a participação contínua (Alvarez; Hall; Roberts, 2005).

Um número considerável de trabalhadores se oferece como voluntário por convite de amigos, familiares ou vizinhos, indicando que o recrutamento social desempenha um papel importante na motivação (Glaser et al., 2007). No caso dos mesários de Volta Redonda, por outro lado, a recomendação de conhecidos apresentou o menor percentual na pesquisa (40,7%).

Há estudos, no entanto, que abordam o voluntariado com certo grau de preocupação, pois a ausência de compensação financeira poderia resultar na seleção de indivíduos que não seriam, necessariamente, os mais qualificados ou motivados para desempenhar suas funções de forma eficaz (Burden; Milyo, 2015).

No entanto, uma consulta à base de dados da Justiça Eleitoral brasileira parece não confirmar esse receio quanto à qualificação, já que, em 2020, 95% dos mesários tinham escolaridade superior ao ensino fundamental, correspondente a 8 anos de estudo (TSE, 2020). No perfil nacional, apenas 54,5% dos brasileiros haviam concluído o ensino fundamental (IBGE, 2024).

Em relação à motivação, percebe-se que se trata de um elemento multifatorial, com fatores internos e externos atuando em conjunto (Page; Pitts, 2009). A amostra de Volta Redonda é coerente nesse aspecto, apresentando uma combinação desses fatores, com maior peso para os fatores internos.

5. CONCLUSÃO

Ao tratar dos avanços na agenda de pesquisa sobre a administração eleitoral, Norris (2019, p. 9) sugere a necessidade de compreender as origens dos órgãos eleitorais e porque certos tipos de instituições de governo eleitoral são escolhidos, e não apenas suas consequências.

Os recursos humanos constituem uma dimensão importante da governança eleitoral e processo histórico que moldou a governança eleitoral no Brasil criou uma burocracia permanente extremamente especializada, que influi na gestão das mesas receptoras de votos.

Este trabalho cuida de uma parte relevante dos recursos humanos eleitorais que ainda carece de estudos: os mesários voluntários, que constituem quase metade da força de trabalho empregada nas eleições brasileiras.

Embora não seja possível uma comparação direta entre as várias pesquisas sobre o tema, observam-se informações relevantes que se repetem na literatura pertinente (Alvarez; Hall; Roberts, 2005; Glaser et al., 2007; Clark; James, 2023), e que também aparecem no survey realizado com os mesários de Volta Redonda.

Motivações intrínsecas (internas), como o dever cívico e o desejo de participar do processo democrático, parecem superar as motivações extrínsecas (externas), como os benefícios materiais.

Tanto os dados de Volta Redonda quanto os estudos internacionais sugerem que níveis educacionais mais altos parecem estar associados à participação voluntária (Clark; James, 2021). Além disso, os voluntários raramente desistem de exercer suas funções, retornando a cada eleição (Glaser et al., 2007).

Talvez a escolarização favoreça de alguma forma a participação democrática, formando um círculo virtuoso. No entanto, confirmar essa hipótese exigiria novas pesquisas.

A administração eleitoral brasileira é altamente burocratizada, com características tipicamente cartoriais e extremamente judicializadas, o que ajudou a isolar a burocracia das pressões políticas. Contudo, também resultou em uma rigidez institucional que pode representar um desafio em um mundo cada vez mais instável.

É evidente que novos estudos devem ser realizados para minimizar o risco de viés de desejabilidade social (Bispo Júnior, 2022), pois, tanto em Volta Redonda quanto em pesquisas internacionais, os elementos subjetivos costumam ter mais peso. Existe um claro risco de que os mesários respondam aquilo que imaginam ser socialmente mais aceito.

Ainda que exista o risco de que os mesários respondam com base no que consideram socialmente desejável, não se pode desconsiderar o fato de que a amostra analisada é composta por pessoas que atuaram voluntariamente nas eleições municipais de Volta Redonda de 2020 e que permaneceram voluntariamente vinculadas a grupos de WhatsApp por mais de um ano após a realização do trabalho.

Um grupo que permaneceu motivado após um ano das eleições pode trazer insights interessantes. Nesse sentido, uma agenda de pesquisa centrada nos recursos humanos eleitorais como expressão da própria governança não apenas parece desejável, mas urgente.

Por fim, no caso brasileiro, coexistem dois modelos de recrutamento de trabalhadores eleitorais: de um lado, os mesários voluntários e, de outro, aqueles legalmente obrigados a atuar. Estudos futuros serão necessários para compreender como esses grupos interagem durante os serviços eleitorais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alvarez, R. M., Hall, T. E., & Roberts, B. F. (2005). **Caltech/MIT Voting Technology Project**. California Institute of Technology and MIT.

Bispo Júnior, J. P. (2022). **Viés de desejabilidade social na pesquisa qualitativa em saúde**. Revista de Saúde Pública, 56, 101.

Burden, Barry C.; MILYO, Jeffrey (2015). **The quantities and qualities of poll workers**. Election Law Journal, 14(1), 38-46.

Carlomagno, M. C. (2018). **Conduzindo pesquisas com questionários online: Uma introdução às questões metodológicas**. Estudando Cultura e Comunicação com MídiasSociais, 31.

Clark, Alistair (2017). **Identifying the determinants of electoral integrity and administration in advanced democracies: the case of Britain**. European Political Science Review, 9(3), 471–492.

Clark, A., & James, T. S. (2023). **Electoral administration and the problem of poll worker recruitment: Who volunteers, and why?**. Public Policy and Administration, 38(2), 188-208.

Cox, Gary W. (1997). **Making votes count strategic coordination in the world's electoral systems**. Cambridge: Cambridge University Press.

Elklit, Jørgen; Reynolds, Andrew. (2005a). **A framework for the systematic study of election quality**. Democratization,12(2), 147-162.

Elklit, Jørgen; Reynolds, Andrew. (2005b). **Judging elections and election management quality by the process**. Representation, 41(3), 189-207.

Glaser B; Macdonald K; Hui I et al. (2007). Explaining Voting System Performance: Do Technology, Training, and Poll Worker Characteristics Matter? **Annual Meeting of the American Political Science Association**.

Glaser, B. E., et al. (2007). **The front lines of democracy: Who staffs polling places and does it matter?** EARC Working Paper 0704.

Hall, Thad E.; Quin Monson, J.; Patterson, Kelly D. (2009). **The human dimension of elections: How poll workers shape public confidence in elections**. PoliticalResearchQuarterly, 62(3), 507-522.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2024). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) 2024**. Available in: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html. Access in 04 ago. 2024.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2020). T**axa de câmbio comercial para venda: real (R$) / dólar americano (US$) – média 2020**. Available in: http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=31924. Access in 13 out. 2021.

James, Toby; Garnett, Holly; Loeber, Leontine; Van Ham, Carolien. (2019). Electoral management and the organisational determinants of electoral integrity: Introduction. **International Political Science Review**, 40(3), 295–312.

James, Toby. (2019). Better workers, better elections? Electoral management bodywork forces and electoral integrity worldwide. **International Political Science Review**, 40(3), 370–390.

Kimball, David C. et al. (2009). Poll workers and election administration: the view from local election officials. In: **Midwest Political Science Association Annual Meeting**.Chicago.

Lijphart, Arend. (1994). Democracies: Forms, performance, and constitutional engineering. **European Journal of Political Research**, 25(1), 1–17.

Lipsky, Michael. (1971). Street-level bureaucracy and the analysis of urban reform. **Urban affairs quarterly**, 6(4), 391–409.

Lipsky, Michael. (2010). Street-level bureaucracy: **Dilemmas of the individual in public service**. Russell Sage Foundation.

Lundstedt, Martin; Edgell, Amanda B. (2020). Institutions of Electoral Integrity and Clientelism: The Role of Electoral Management Bodies. **V-DemWorkingPaper**, 108.

Marchetti, Vitor. (2008). Governança Eleitoral: o modelo brasileiro de Justiça Eleitoral. **Dados**, 51, 865-893.

Marchetti, Vitor. (2012). Electoral governance in Brazil. **Brazilian Political Science Review**, 6(1), 113-133.

Marchetti, Vitor. (2013). J**ustiça e competição eleitoral**. Santo André: Universidade Federal do ABC.

Mesch, Debra J. et al. (1998). Altruists or egoists? Retention in stipended service. **Nonprofit Management and Leadership**, 9(1), 3–22.

Mozaffar, Shaheen; Schedler, Andreas. (2002). The comparative study of electoral governance—introduction. **International Political Science Review**, 23(1), 5-27.

Norris, Pippa. (2015). **Why elections fail**. Cambridge University Press.

Norris, Pippa. (2019). Conclusions: The new research agenda on electoral management. **International Political Science Review**, 40(3), 391–403.

Orozco-Henríquez, J. (2010). Electoral Justice: The International IDEA Handbook. Stockholm: **International Institute for Democracy and Electoral Assistance**.

Pastor, Robert A. (1999). The role of electoral administration in democratic transitions: Implications for policy and research. **Democratization**, 6 (4), 1-27.

Sabatier, Paul A. (1986). Top-down and bottom-up approaches to implementation research: a critical analysis and suggested synthesis. **Journal of public policy**, 6(1), 21–48.

Taagepera, Rein; Shugart, Matthew S. (1989). Designing electoral systems. **ElectoralStudies**, 8(1), 49-58.

Tarouco, Gabriela. (2014). Governança eleitoral: modelos institucionais e legitimação. In.: **Cadernos Adenauer**, XV (1). Justiça Eleitoral. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

Tschirhart, Mary, et al. (2001). Stipended volunteers: Their goals, experiences, satisfaction, and likelihood of future service. **NonprofitandVoluntary Sector Quarterly**, 30(3), 422–443.

Tribunal Superior Eleitoral. (2020). **Mesárias e mesários nas eleições de 2020**. Available in:https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-mesarios/home?session=201241473013253. Access in 18 set. 2023.

Van Ham, Carolien; Lindberg, Staffan. (2015). When Guardians Matter Most: Exploring the conditions under which electoral management body institutional design affects election integrity. **Irish Political Studies**, 30(4), 454-481.

Wright, K. B. (2005). Researching internet-based populations: Advantages and disadvantages of online survey research, online questionnaire authoring software packages, and web survey services. **Journal of Computer-Mediated Communication**, 10(3), JCMC1034. https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2005.tb00259.x

Zuccolotto, Vinicius Rodrigues. (2020). **Competição partidária na América Latina: a governança eleitoral importa? Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco**. Available in:https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/39091/1/TESE%20Vinicius%20Rodrigues%20Zuccolotto.pdf. Access in 18 set. 2021.